

ANÁLISE DA REALIDADE FEVEREIRO 2018

A vida do País corre a ritmo acelerado e continuamente chegam novas notícias que nos surpreendem e que nos deixam perplexos pensando para onde vamos e quais medidas propor para salvaguardar e promover uma vida humana digna. Apresentamos a seguir alguns dos fenômenos que mais nos chamaram a nossa atenção e nos quais dirigimos a nossa reflexão nestes dois últimos meses.

DIOCESE DE PEMBA:

Processo de reassentamentos:

Em Janeiro de 2018 iniciou o processo de reassentamento nos distritos de Montepuez e Palma depois de diversos debates na Província. Contudo a forma como estão a decorrer os dois processos em simultâneo deixam alguns questionamentos para reflexão. Pois a legislação é aplicada de diferente maneira em cada um dos lugares.

Em Palma, já desde o anúncio das descobertas dos jazigos de gás, mesmo na fase de prospecção (pesquisas) e no processo de consultas comunitárias, levantaram-se polémicas resultantes de diferendos entre as empresas que pretendem realizar a exploração dos recursos e as comunidades locais, com intermediação do governo, sobre a atribuição de DUAT às empresas numa área de sete mil hectares sem observância da legislação. Várias organizações da Sociedade Civil uniram-se e capacitaram as comunidades em matérias ligadas à Lei da Terra e os seus direitos. De sorte que, partindo desse conhecimento, as comunidades de forma organizada inviabilizaram o início do projecto e as empresas foram obrigadas a pautarem pela observância das leis vigentes em Moçambique e dialogar mais com as comunidades. Da interacção entre o Governo, as empresas e as comunidades locais assiste-se actualmente um processo tranquilo, pacífico, com um plano de reassentamento aprovado onde os interesses das comunidades foram reconhecidos significativamente sendo que as famílias transferidas terão a oportunidade de, pelo menos, receber um pouco mais do que está previsto por lei. A empresa está a alocar a cada família duzentos trinta mil meticais e um espaço alternativo identificado e acordado por todos onde estará a casa que a empresa também irá construir.

Em Montepuez, porém, a descoberta dos minerais concretamente rubis foi feita por populares, tendo despertado interesse de vários estratos da sociedade e da classe política e governamental. A zona (Namanhumbire – Nanhupo) foi invadida por cidadãos nacionais e estrangeiros tendo-se criado um ambiente de verdadeiro tráfico não somente de minerais, mas também de pessoas, criando-se um ambiente de criminalidade. À empresa (Mwiriti Limitada) foi atribuída uma determinada área sem consulta comunitária como prevê a legislação e a primeira acção foi retirar compulsivamente todas as populações que viviam na área concessionada. O processo do início

da actividade, não permitiu um convívio harmonioso entre a empresa e as comunidades locais e a medida que o tempo foi passando, o conflito foi-se agudizando pois que as comunidades circunvizinhas à área atribuída à empresa também exerciam o garimpo e na medida em que descobrissem os minerais a empresa invadia as suas áreas e ia expandindo a área de exploração de forma ilegal. Vários foram os relatórios de assassinatos de cidadãos na zona, aliado ao facto de forte presença de polícias em defesa dos interesses da empresa. Este cenário de Montepuez não permitiu a presença das organizações da Sociedade Civil por forma a trabalharem em paz na capacitação das comunidades. E como resultado disso, a empresa tornou-se num verdadeiro “Xerife”. Está, neste momento, a compensar as famílias com apenas dezanove mil meticais, muito abaixo do que está acontecendo em Palma, e sem atribuição de terras alternativas. Este processo está a ser discutido entre o Comité de Gestão de Recursos Naturais de Namanhumbire, que submeteu uma reclamação ao Governo Provincial e foi devolvido ao Distrito com indicações claras de resolver o conflito conforme a legislação moçambicana.

Olhando estes cenários, nota-se que onde houve presença de actores da Sociedade Civil comprometidos a apoiar as comunidades através da capacitação e monitoria dos processos, as comunidades conseguiram se fazer respeitar.

Conflictos em Mocimboa da Praia:

Fenómeno muito preocupante na Diocese é a situação dos conflitos armados em Mocimboa da Praia, desconhecendo até o momento os reais agentes e as reais motivações. Várias são as perguntas que aparecem diante este cenário: quem está interessado em criar conflitos armados no Norte de Moçambique? A explosão de conflitos armados em Mocimboa tem a ver com a assinatura e anúncio de abertura dos poços para a exploração do Gás e petróleo? Terá a ver alguma situação política oculta após o Congresso da Frelimo? De onde vêm as armas? Por onde passam? Quem vende e quem compra as armas? Mocimboa da Praia não é exactamente rico no que concerne a ocorrência de recursos naturais, contudo é ponto estratégico para apoiar em termos logísticos a região de Palma onde foram descobertos os recursos naturais que se pensam que irão impulsionar o desenvolvimento económico da região Norte e de Moçambique em geral. Logicamente a questão de segurança nesta zona é fundamental para viabilizar o projecto de exploração de gás em Palma. Assistimos movimentações militares das forças de defesa e segurança e se vão reportando diariamente mortes de cidadãos e militares devido a este conflito.

Várias são as teses ou hipóteses sobre este conflito, contudo nada está provado. O que sim parece certo é que a religião é uma fachada para esconder os verdadeiros actores. Chama atenção neste fenómeno a falta de posicionamento do Governo de Moçambique: não houve nenhum pronunciamento claro e evidente do Presidente da República ou do Governador da Província sobre as reais motivações deste conflito. Será que até hoje o Governo está desencadeando uma ofensiva contra desconhecidos? Os Serviços de Inteligência e Segurança do Estado (SISE) que por sinal é um dos sectores que consome maior parte do orçamento do Estado não está em

condições de investigar e fornecer informação precisa aos administradores do Estado que devem justificar ao povo o que está acontecendo em Mocimboa? Se os SISE realiza o seu trabalho, qual é a razão do Governo não partilhar os resultados das investigações do SISE que são do interesse do povo de Cabo Delgado e dos Moçambicanos em geral? Para quê foi criada a SISE se não para salvaguardar a segurança e soberania de todo povo?

Dado que dispomos de um instrumento legal sobre o direito de informação (lei nº 34/2014, de 31 de Dezembro –Lei do Direito à Informação e regulamento e manual de procedimentos: decreto nº 35/2015), deviera-se pedir um esclarecimento sobre a situação de segurança no distrito de Mocimboa da Praia, considerando que se trata de um assunto de interesse público que condiciona a vida normal dos cidadãos daquela região do País. Seria interessante saber quais são as informações que o Governo dispõe sobre as motivações dos que protagonizam estes ataques? Serão cidadãos nacionais ou estrangeiros? E ver de que forma a Igreja pode contribuir para ajudar na procura de soluções ao conflito evitando especulações que, de certa forma, podem ferir sensibilidades e alastrar os problemas a níveis mais graves. Pode se recordar ao Governo que a Igreja, no passado, contribuiu para o alcance efectivo dos acordos gerais de paz e que pode desempenhar o mesmo papel neste momento actual da história do País, desde que tenha informação clara de quem são os protagonistas e as suas motivações.

DIOCESE DE MAPUTO:

A nível da Arquidiocese de Maputo, os primeiros dois meses de 2018 foram marcados por acidentes de viação, subida do índice da criminalidade (assaltos à mão-armada na via pública e nas residências), revisão da Lei Cambial, desabamento da Lixeira do Hulene matando 16 pessoas sendo 9 adultos e 7 crianças, com 61 famílias reassentadas.

Acidentes de viação:

Os acidentes de viação continuam a ser uma das principais causas de morte em Moçambique, com particular destaque para as cidades de Matola e Maputo, na Arquidiocese de Maputo. As razões vão desde a condução em estado de embriaguês, o mau estado das estradas (buracos, falta de iluminação e sinalização), ausência de regulamento que separe os camiões de longo dos carros ligeiros e de transporte de passageiros. Este último factor tem sido apontado como a principal causa de acidentes de viação nas Estradas Nacionais número 1 (EN1) no troço Marracuene-Manhiça e número 4 (EN 4) no troço Ressano Garcia-Matola. Só nestes primeiros dois meses do ano, morreram 12 pessoas e mais de 20 ficaram gravemente feridas. A situação da EN4 tem várias factores. A estrada é explorada por uma Parceria Público-Privada (PPP) que inclui a empresa sul-africana Trans African Concessions (TRAC) e o Governo de Moçambique. O que deixa indignados os moçambicanos é o facto de o projecto da estrada estender-se até à vizinha África do Sul, onde as condições da estrada - estado do piso, valas de drenagem, iluminação, sinalização, incluindo mercados contruídos para vendedores informais – não se encontram nas mesmas condições do lado moçambicano. A falta de uma autoridade pública que ponha cobro à

situação cria um ambiente de suspeição por parte dos utentes de uma possível colusão entre decisores políticos e sócios do empreendimento. Porque, de facto, nada mais explica a razão do Estado moçambicano não obrigar à concessionária a cumprir com as suas obrigações. Para além de permitir que a principal entrada à capital do país se torne num “corredor de morte.” Os mesmos condicionamentos verificam-se do lado norte da cidade de Maputo, no troço que liga a capital à vizinha província de Gaza (Estrada Nacional número 1 – EN1). A estrada não tem iluminação nem sinalização (com excepção dos limites de velocidade dentro das localidades), encontram-se vendedores nas bermas da estrada ao longo de toda a EN1. Ali também os acidentes de viação acontecem com muita regularidade.

Assaltos à mão armada:

Os casos de criminalidade envolvendo armas de fogo voltaram a ganhar espaço mediático nestes primeiros meses do ano. A Polícia da República de Moçambique (PRM) tem reportado com regularidade casos de assaltos à mão armada seja na via pública (roubo de viaturas e outros bens) seja nas residências onde diversos bens mobiliários são roubados. Esses assaltos têm envolvido assassinato das pessoas proprietárias dos bens roubados.

Desabamento da Lixeira do Hulene:

A lixeira do Hulene, localizada no bairro com o mesmo nome, a 7kms d centro da Cidade de Maputo, foi aberta em 1972, três anos da independência nacional, desabou na madrugada do dia 19 de Fevereiro causando a morte imediata de 16 pessoas sendo 9 adultos e 7 crianças, com 61 famílias reassentadas. A lixeira desabou porque tendo vários anos de existência, ela acumulava lixo com uma altura superior a prédios de cinco andares, ao mesmo tempo que se situa numa zona que se tornou residencial faz muitos anos. Assim, a combinação da altura da lixeira, sua vizinha com residências, as chuvas fortes e ventos que se verificaram naquela madrugada do dia 19 resultaram na tragédia que era bastante previsível. Várias organizações da Sociedade Civil moçambicanas, com destaque para a organização ambientalista Livaningo, baseada em Maputo, têm décadas de apelo ao Conselho Municipal da Cidade de Maputo para que o mesmo encerre aquela lixeira. Mas em vão. Desde a campanha eleitoral para as eleições autárquicas de 2013 que o actual edil de Maputo, David Simango, promete encerrar a lixeira de Hulene, mas isso nunca se materializa, e já estamos no final do seu segundo mandato. Em Outubro de 2018 há novas eleições municipais. Nem o Governo central, o Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER que substitui o extinto Ministério da Coordenação da Acção Ambiental – MICOA) desempenhou o seu papel de garante da gestão de resíduos sólidos no país. De facto, é inaceitável que passados 43 anos da independência nacional, Moçambique não tenha sequer um aterro sanitário para a sua capital que conta com mais um milhão de habitantes. Passada a tragédia do dia 19, não há garantias de que a mesma não venha a repetir-se uma vez que em redor da lixeira ainda vivem centenas de famílias, as montanhas de lixo ainda existem dentro da lixeira e as chuvas e ventos ainda estão por vir.

Conjuntura económico-financeira:

Nova fábrica de cimento. A nível económico, destaque vai para a inauguração da nova fábrica de cimento na Matola, detida por investidores turcos – Limak Cimentos SA, com uma capacidade de produção anual estimada em 700 mil toneladas, num investimento de 50 milhões de dólares norte-americanos. Enquanto, por um lado, esse empreendimento representa uma oportunidade para o crescimento da indústria nacional, com a criação de 135 postos de trabalho para moçambicanos, por outro lado, é preocupante a acumulação de fábricas de cimento nas mesmas cidades devido aos seus efeitos ambientais: poluição do ar, disputa de água com o resto da cidade para outras finalidades industriais ou caseiras. A cidade da Matola já conta com outra fábrica de cimentos. Moçambique tem agora um total de 13 fábricas de cimento.

Alterações à Lei Cambial. As novas disposições à lei cambial emitidas pelo Banco de Moçambique eliminam a obrigatoriedade de conversão de 50% dos recebimentos em moeda estrangeira. Antes da alteração, qualquer pessoa singular ou colectiva que recebesse pagamentos do estrangeiro, em moeda estrangeira (Randes, dólares ou euros) era obrigada a converter metade do valor em Meticais. Isso criava prejuízos tanto a projectos de investimento como àqueles de natureza humanitária. Porque após essa conversão obrigatória, os destinatários podiam ver-se obrigados a adquirir mais moeda estrangeira, devendo comprá-la ao mesmo banco que a converteu. Nas novas disposições, os bancos comerciais vão passar a receber os pedidos de licenciamento de transacções cambiais, antes, os pedidos de eram feitos directamente no Banco Central. Com esta medida, os bancos comerciais passam a ser os actores principais nesta área de transacção de moeda estrangeira, com o objectivo de conferir maior celeridade e rapidez nas operações financeiras, e desse modo, contribuir para a melhoria do ambiente de negócios.

Conjuntura Política:

A nível político, destaque vai para o Acordo sobre Descentralização entre o Presidente da República, Filipe Nyusi, e o Presidente da Renamo, Afonso Dhlakama, anunciado pelo primeiro no dia 7 de Fevereiro de 2018. O ponto-chave do acordo é o aumento do poder para as Assembleias Provinciais (APs) que passarão a indicar o Governador de Província (em 2019); ao mesmo tempo que se decreta o fim da eleição directa dos Presidentes dos Conselhos Municipais (edis) já em 2018; prevê-se a introdução de uma nova figura “Secretário de Estado da Província” cujas competências poderão colidir com aquelas do Governador Provincial. O Acordo remete para uma revisão pontual da Constituição da República a ser feita pela Assembleia da República em Março de 2018. A generalidade da opinião pública recebeu com agrado a notícia da existência de um consenso entre o Presidente da República e o Presidente da Renamo. Mas tem havido várias críticas relacionadas com o formato da negociação que produziu o acordo (exclusão de outros partidos políticos e da sociedade civil em geral), bem como com relação ao conteúdo do mesmo: eliminação da eleição directa dos edis, introdução de uma nova estrutura (secretário de Estado da Província) criando dessa forma uma despesa adicional de 2,35 mil milhões de meticais – conforme previsão feita pelo Ministério de Economia e Finanças e

submetida à Assembleia da República. O Acordo sublinha que Moçambique continua a ser um "Estado unitário" e que a soberania do estado não está sujeita à descentralização. Assim, os governadores, administradores e edis são nomeados pelo governo central, mesmo que sejam propostos localmente. Em particular, Nyusi disse que os minerais, a energia, a terra, os recursos naturais, a água e os impostos permanecem questões nacionais que não serão descentralizadas.

DIOCESE DE NAMPULA:

Em Nampula queremos salientar como factos importantes a Carta Pastoral de Dom Inácio Saure, o Projecto de Irrigação e acesso aos mercados para pequenos agricultores, a Intimidação da Rádio Encontro da Arquidiocese de Nampula, e as Eleições intercalares do Município de Nampula.

Carta Pastoral de Dom Inácio Saure:

No dia 03 de Dezembro a Arquidiocese de Nampula foi brindada com uma Carta Pastoral do Dom Inácio Saure arcebispo de Nampula. O Arcebispo apela à sociedade nampulense a serem testemunhas de Cristo clarividentes, humildes, visíveis e credíveis, capazes de: Acolher todos os acontecimentos com um olhar de uma fé esclarecida, madura, vivida coerentemente, até às últimas consequências. A partir de uma vivência responsável da própria cidadania, com o conhecimento e exercício dos seus direitos e deveres, lutar pelo respeito da dignidade da vida da pessoa humana criada à imagem e semelhança de Deus (cf. Gn 1, 26). Fazer uma leitura atenta e sábia dos sinais dos tempos, para se porem ao serviço do homem, que é o primeiro caminho que a Igreja deve percorrer na realização da sua missão, o caminho traçado pelo próprio Cristo, caminho que invariavelmente passa pelo mistério da encarnação e da redenção (cf. *Centesimus Annus*, nº 53). No terceiro capítulo referente “**A fé e o empenho sociopolítico em Nampula hoje**” afirma:

“Sabemos que há aqueles nossos irmãos e irmãs que se sentiram maltratados pela vida. Já não acreditam em nada nem em ninguém. Pelo menos, é isso que lhes parece. As suas feridas são demasiado dolorosas para poderem viver em paz interior... Estejamos, portanto, sempre prontos para dar a razão da nossa esperança:

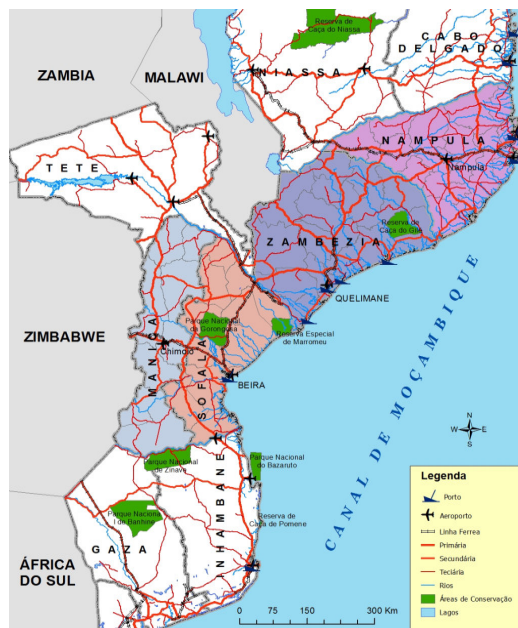
- *Acolhendo e ouvindo atentamente nas nossas comunidades cristãs todas as vítimas de qualquer tipo de maus-tratos, de exclusão, terrorismo e violência física ou psicológica;*
- *Abrindo os nossos ouvidos para perceber o grito do pobre e procurando manifestar-lhe o nosso amor concreto, com obras e não apenas com palavras (cf. 1Jo 3, 18);*
- *No âmbito civil, envolvendo-nos em acções concretas para encorajar o estabelecimento de uma vida política verdadeiramente humana, fomentando sentimentos interiores de justiça e benevolência, de serviço do bem comum, e reforçando as convicções fundamentais acerca da verdadeira natureza da comunidade política, bem como do fim, recto exercício e limites da autoridade (cf. *Gaudium et spes*, nº 73).*
- *Porque assumimos que “o que une entre si os fiéis, é bem mais forte do que o que os divide: haja unidade no necessário, liberdade no que é duvidoso, e em tudo caridade” (*Gaudium et spes*, nº 92)”.*

Projecto de Irrigação e acesso aos mercados para pequenos agricultores

O dia 22 de Fevereiro de 2018 foi apresentado o projecto supra mencionado promovido pelo

Ministério de Agricultura e Segurança Alimentar (MASA) e implementado pelo Instituto Nacional de Irrigação (INIR), que vai abranger as seguintes províncias de Manica, Sofala, Zambézia e Nampula, baseando-se nas seguintes finalidades:

- O IRRIGA enquadra-se no programa do Governo de redução de pobreza, através de aumento da produção, produtividade e acesso aos mercados pelas populações rurais nas províncias de Manica, Sofala, Zambézia e Nampula;
- Com o crédito do Banco Mundial, em negociação, o Governo, através do MASA pretende efectuar investimentos em infra-estruturas rurais (sistemas de regadio, vias de acesso e fontes de energia), financiamento de projectos e capacitação institucional dos actores chave do MASA, INIR, Direcções Nacionais, Provinciais e Distritais;
- O Quadro de Políticas de Gestão Ambiental e Social, o Quadro de Políticas de Reassentamento, Plano de Gestão de Pragas constituem parte dos requisitos do Banco Mundial que visa uma identificação prévia de Impactos Ambientais e Sociais a nível de Planos e Programas como é o caso do IRRIGA.



Províncias abrangidas pelo IRRIGA.

Esta reunião foi realizada na Cidade de Maputo no Hotel VIP. Isto se traduz numa Consulta Pública - não abrangente. De facto, as províncias onde o projecto prevê ser implementado desconhecem a existência deste mega-projecto. É de salientar que a consulta pública é feita nas comunidades ou províncias onde o projecto pretende desenvolver para ser legitimado ou não pelos residentes. Portanto fica claro que pode ser um dos projectos que poderá por em causa a violação dos direitos das comunidades locais, até mesmo situações de violações de direitos humanos.

Intimidação da Rádio Encontro da Arquidiocese de Nampula

Rádio Encontro, rádio da arquidiocese de Nampula, nas vésperas de realização das eleições intercalares foi intimidada e ameaçada por parte de grandes figuras do país pertencentes ao partido no poder. Os representantes desta Rádio fundamentam essas intimidações e ameaças por motivo de denúncias de irregularidade de “actos anti-democráticos” como por exemplo inscrições de 50 cidadãos de alguns distritos da província de Nampula para votarem a favor do candidato do partido no poder nas eleições intercalares de realizadas no dia 24 de Janeiro do corrente ano. No parágrafo nº 2 do artigo 48º da Constituição do República de Moçambique vigente advoga pela Liberdade de expressão e de informação e estabelece o seguinte “[...] e o exercício do direito a informação não podem ser limitados por censura”. Olhando no quadro internacional, concretamente no artigo 19º do Pacto Internacional sobre direitos civis e políticos do qual o nosso Estado é signatário, também defende que “*Toda pessoa terá o direito à liberdade de expressão, esse direito incluirá a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideais de qualquer natureza, independentemente de considerações de fronteiras, verbalmente ou por escrito, em forma impressa ou artística, ou qualquer outro meio de sua escolha*”. Rádio Encontro, com base no seu legítimo direito, tomou a iniciativa de denunciar publicamente essas irregularidades com o fim de contribuir para que as eleições sejam justas e transparentes.

Eleições intercalares do Município de Nampula

Conforme o Centro de Integridade Pública (CIP) avançou, a participação nas eleições intercalares no Município de Nampula realizadas no dia 24 de Janeiro de 2018, foi muito fraca. O Jornal Savana alude de que estas eleições foram mais vigiadas de sempre, com mais de mil observadores nacionais e internacionais (onde também a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Nampula fez parte). A Sociedade Civil montou uma Plataforma de observação Conjunta, denominada Sala de Paz onde fez o acompanhamento de todo o processo eleitoral. O número de eleitores inscritos é de 295.582 e a percentagem dos votantes foi de 25%, a abstenção foi enorme abrangendo 75%. Nenhum dos partido políticos atingiu 50% exigido por lei para vencer as eleições, em suma ninguém venceu pelo qual o Conselho Constitucional aprovou a realização da segunda volta, marcada para o dia 14 de Março de 2018 na que participarão os candidatos da Frelimo e Renamo.

Sugestões

- Precisamos uma forte sensibilização dos cidadãos para participarem massivamente no próximo escrutínio,
- Usar meios locais como é caso das Mídias, redes sociais para divulgar irregularidades do processo eleitoral,
- Conscientizar os cidadãos da importância das eleições,
- Precisamos exigir o direito a informação do projecto IRRIGA de forma que sejam feitas as consultas públicas nas províncias onde o projecto vai se desenvolver.

DIOCESE DE TETE:

Descrição de alguns factos marcantes em Tete

A província de Tete, em geral, tem sido conhecida como uma província onde ocorrem muitos factos inéditos, factos que a ciência simplesmente não tem ferramentas epistemológicas nem metodológicas para poder interpretar. Uns dizem que são superstições, outros se limitam em afirmar que são factos que revelam loucura ou estado esquizofrénico de quem os realiza, outros preferem acreditar que se trata de obscurantismos ou simplesmente engano para nos amodrontar. Vejamos os seguintes casos:

a) O MMO Notícias do dia 25 de Janeiro reporta que um homem foi detido pelas forças de segurança em Tete, por canibalismo, profanação de túmulos e posse de ossos humanos, um fenómeno que, segundo esta fonte, se associa à perseguição de calvos e albinos. Este, facto até aos nossos dias, continua sendo alvo de debates e reflexões. O acusado, que agora se encontra nas mãos da polícia, aparenta não estar a raciocinar bem, facto que levanta muitos comentários. Uns dizem que o homem está a se esconder por detrás da suposta loucura, outros afirmam que se trata de um demente, e outros preferem acreditar que o homem está no seu estado normal e que tem a lucidez no lugar. A verdade é que o homem foi surpreendido a cozinhar carne humana depois de ter vandalizado os túmulos.

b) Supostos mortos reaparecem vivos: São vários casos do género. Em jeito de exemplo, o *News Moz* do dia 19 de Fevereiro do corrente ano dá conta de que uma mulher, com identidade não revelada, reaparece após perder a vida em 2011. A jovem que na altura da sua morte estava no ultimo mês da gravidez e tinha 14 anos de idade (as causas da morte foram pouco claras e seu funeral foi realizado imediatamente no dia seguinte no cemitério familiar devido elevado estado de composição por falta de condições para conservação do corpo), passados seis anos, regressa ao convívio familiar com algumas perturbações mentais. O facto curioso é que ela conseguiu reconhecer todos os seus familiares. Questionada onde estava em língua local a mesma disse sentir-se bem e que estava num sítio com muitas pessoas e que há ainda milhares de pessoas caminhando no mesmo destino. Isto assusta! Tratando-se de um caso insólito, a equipa da rádio de Moçambique em Tete, que é a fonte dessa informação, entrevistou um régulo. E este admitiu tratar-se de casos normais numa sociedade em que as tradições são muito fortes. O último caso deu-se no reassentamento de Cateme. Uma senhora confirma que a sua filha havia morrido há quatro anos, mas que agora reaparece. Até ao momento em que a mãe dava o seu testemunho, a criança se encontrava em Malawi em tratamentos. Eu mesmo já conversei com uma mãe de Angónia cujo filho (que eu abracei) havia morrido há cinco anos, mas que agora havia retornado com algumas perturbações mentais. Para além desses casos, temos também outros no bairro Matundo, Angónia e Chiuta. E há quem diga também que os mortos da tragédia de Kaphiridzanje não estariam mortos, mas estariam em casa de alguém a trabalhar. Talvez esta última afirmação esteja longe de ser verdade, pois temos sobreviventes. Mas as inquietações não param! O que significa isto? É simples e fácil dizer que são mentiras. Mas depois de

depoimentos claros e de evidências da existência dessas pessoas tidas por mortas há alguns anos mas que agora se encontram entre nós remetem-nos a uma série de reflexões. Seria uma espécie de tráfico humano? Casos de reencarnação? Mas esta ideia não parece existir na concepção tradicional africana!

Tráfico humano ou migração ilegal?

A relação entre os megaprojectos de mineração e as comunidades locais continua sendo uma das piores. As comunidades continuam assistindo a diminuição gradual das oportunidades de melhoria das suas condições de vida, pois as megaempresas, depois da aparente crise, ganharam mais confiança na actividade mineira e estão a alargar cada vez mais o seu campo de acção, “invadindo” o espaço das comunidades. Esta “invasão” é, infelizmente, vista como factor de desenvolvimento da província. Mas que desenvolvimento? Sobre este assunto, dois factos nos chamam a atenção:

a) O *MMO Notícias* do dia 15 de Fevereiro do corrente ano dá-nos a conhecer o facto de um indivíduo de cinquenta anos estar a contas com a Polícia de Tete, acusado de tentativa de tráfico do seu próprio filho de apenas seis anos, no domingo anterior a esta data, bairro Matundo, na cidade de Tete. Esta é apenas uma continuação dos vários outros casos que já reportamos nas análises anteriores. Apenas queremos elucidar o facto de se tratar de um acto que tem acontecido nesta província.

b) Para além do caso acima reportado, há indícios de que a diocese de Tete seja um corredor de migração ilegal. Somalianos, malawianos, zambianos, tanzanianos e outros povos têm usado a província como passagem em direcção ao sul. Parece que o destino tem sido a África do Sul. Conta-se que em Novembro de 2017, um autocarro (vulgo *chapa 100*) que saía da Angónia para Tete, ter-se-ia envolvido num acidente mortal, matando assim quase todos os passageiros. Todos os passageiros eram estrangeiros. E parece que o proprietário deste autocarro já fazia este tipo de actividades. Apenas desta vez se deu mal.

c) No contexto do tráfico humano, temos ainda a problemática de tráfico de partes humanas. O *MMO Notícias* do dia 17 de Janeiro de 2018 dá-nos a conhecer que pessoas desconhecidas, vandalizaram campas e exumaram nove corpos de crianças e de um adulto, no cemitério tradicional de Chimadzi, arredores da cidade de Tete, uma situação que foi despoletada no sábado anterior a esta data pela família de um dos menores sepultado na anterior sexta-feira, quando pretendia fazer limpeza e posterior rega de flores. É uma situação que não pára de gritar, pedindo a atenção de todos nós. Imagina-se que os corpos humanos são exumados para a extracção de órgãos genitais, olhos, dentes, cabelos, unhas, nariz e ossos, que são entregues aos curandeiros, que os recomendam para fazer tratamento a quem deseje enriquecer-se rapidamente, uma situação que ocorre com muita frequência em Tete, província tida como supersticiosa. Na verdade, são actos obscuros cujas razões profundas parecem escapar da nossa vista. Há quem diga que a exumação das campas está ligada ao fenómeno do canibalismo que reportamos acima.

Corrupção, brutalidade e violência

Violência levada a cabo por agentes da polícia, venda de armas de fogo pela polícia a cidadãos, linchamentos de pessoas acusadas de feiticeiras (Chidzolomondo, Macanga) e outros assassinatos, grande corrupção na barragem de Cahora-Bassa até ameaçar a extinção do peixe kapenta, e várias outras situações que se traduzem em corrupção, vários tipos de brutalidades e violência tem caracterizado a província de Tete.

Reflexão baseada na Doutrina Social da Igreja

Toda esta onda de violências, brutalidades e todo tipo de corrupção, toda a onda de tráfico humano, de migração ilegal, de factos obscuros, supersticiosos, etc. continuam a provar o facto de estarmos diante duma sociedade que se vai deteriorando cada vez mais desde os seus princípios básicos de convivência social. Os casos supersticiosos e principalmente aqueles em que os supostos mortos retornam à vida obrigam-nos a procurar outras ferramentas de interpretação da realidade social. Precisamos de saber como interpretar estes fenómenos sem cairmos na tentação de usar apenas os critérios da ciência (esta tida como o único conhecimento válido, e percebida apenas desde o ponto de vista do Ocidente). Talvez precisamos de buscar outras formas, outros critérios, outras epistemologias. De facto, não basta dizer que precisamos de uma sociedade com valores como a liberdade, a justiça, a responsabilidade e a verdade (UCM, *Manual de Ética Geral*, 2017), mas precisamos de questionar sobre o que significa cada um desses valores para as comunidades locais. Precisamos de reconhecer que há um tipo de saber ou de interpretar a realidade que emerge a partir das comunidades locais, fruto da forma como as comunidades interpretam e dão sentido ao real, e precisamos de pôr em confronto esta interpretação do real com a mensagem do Evangelho, este que se propõe a ter o ser humano como seu caminho (cf. *RH*, n. 14; *CA*, cap. VI). De facto, as culturas não podem ser evangelizadas se não forem conhecidas.

Comprometimento socio-pastoral

Diante de casos gritantes de acusações de feitiçaria, que se manifestam nas “quedas” de “aviões tradicionais nocturnos”, na vandalização de campas, no tráfico de pessoas e de órgãos, precisamos de ter uma postura pastoral de acolhimento e compreensão a todos sem julgar. Uma Igreja em saída é sempre uma Igreja que se desprende de si para se encontrar com as outras realidades. Usando os termos do Papa Francisco (*EG*, n. 24), diante deste desafio das realidades culturais e sociais aqui descritas, a Igreja em saída primeira (toma iniciativa de entrar em contacto), envolve-se (nestas realidades culturais e sociais aparentemente incompreensíveis), acompanha (caminha junto, em diálogo constante), frutifica (pois no encontro sincero e aberto com a realidade cultural e social, sempre há bons frutos) e festeja (os frutos são um motivo de alegria contagiante). É verdade que se trata de um terreno escorregadio, mas é um terreno que precisa de ser enfrentado pois está à nossa frente e nos interpela. O mesmo que diremos do fenómeno dos mortos vivos. Estamos a falar de pessoas existentes, que foram tidas como mortas. São pessoas que hoje sofrem de distúrbios mentais. A nossa atitude não vai ser apenas de compreensão e tolerância, mas somos chamados a fazer alguma coisa. Temos que ajudar a

recuperar aquela pessoa no que for possível, dentro das nossas possibilidades. Aí, as comissões de Justiça e Paz, de Caritas, de Educação (sobretudo uma educação que seja especial), etc. precisam de exercer o seu papel. A comissão dos migrantes e refugiados também tem uma grande tarefa neste sentido. Questiona-se o papel interventivo de todas essas comissões, requer-se cada vez mais a intervenção das comissões de Justiça e Paz na formação de consciências, e as comissões da Saúde precisam de olhar sobretudo para os distúrbios mentais que caracterizam essas pessoas.

GRI,
05-03-2018